



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 18 de dezembro de 2013

1 A reunião ordinária do COMMADS realizada no dia dezoito de dezembro de dois mil
2 e treze no auditório da Prefeitura Municipal foi iniciada às quatorze horas e quinze
3 minutos pela **vice-presidente, Sr^a. Maria Inês Paes Ferreira, sub-secretária**
4 **municipal de meio ambiente.** Abrindo a pauta, foram lidas, retificadas e aprovadas
5 as atas das reuniões dos dias 30 de outubro, 5 de novembro e 18 de novembro do
6 corrente ano. Por solicitação, antecipou o ponto de pauta 'Informes Gerais' e o
7 **conselheiro Luiz Gomes, representante da ESANE,** comunicou sobre as estações
8 de tratamento na região serrana que serão implementadas com os recursos repassados
9 pelo Ministério das Cidades (**anexo 1**) . A **vice-presidente** informou sobre a
10 possibilidade do município receber recursos financeiros do governo do estado para a
11 criação de *Unidades de Conservação do tipo integral*, através do programa Pró-
12 Unidade de Conservação, do FECAM. O **conselheiro Sr. Madson Nazareno,**
13 **representante da Guarda Ambiental,** solicitou reforço ao Poder Público para a
14 fiscalização da área do Parque Natural Municipal Atalaia, onde se encontram as
15 tubulações de abastecimento de água da cidade, pois foram denunciados atos de
16 vandalismo pela ESANE, no período da noite. A **conselheira Sr^a. Dominick**
17 **Werneck, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental,** informou
18 que o grupo realizou doze reuniões durante o ano de 2013, e que os trabalhos foram
19 centralizados na proposta de minuta de texto para substituir a atual resolução
20 COMMADS n°003/2010, e avaliou que os objetivos do grupo não foram alcançados,
21 apesar do grande esforço dedicado. Convidou a plenária para fazer um minuto de
22 silêncio em homenagem póstuma à **Dona Alba Rodrigues Corral,** que dedicou boa
23 parte de sua vida à **Agenda 21 de Macaé.** Foi comunicado o cancelamento do ponto
24 de pauta “Avaliação da Minuta de Resolução COMMADS para regulamentar o uso
25 público das cachoeiras do Sana e pico do Peito de Pombo”, devido à decisão
26 consensuada em reunião do **Conselho Gestor da APA do Sana** pela vigência da
27 **Resolução COMMADS n°004/2010,** que a considerou suficiente e adequada. Ato
28 contínuo, foi trabalhado o próximo tema da pauta “Apresentação do Projeto Terminal
29 Portuário -TEPOR” sendo comunicado pela vice-presidente que o projeto recebeu



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 18 de dezembro de 2013

30 apoio do atual governo que o considera importante para o desenvolvimento do
31 município, e que o governo federal estimulou a construção de novos portos no país
32 através de concessões de áreas. Passou a palavra aos representantes da empresa
33 **Masterplan**, que justificaram não poder apresentar o projeto do empreendimento na
34 reunião porque neste mesmo horário o grupo de apresentadores se encontrava
35 preparando a exposição a ser feita na **Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos**
36 **Vereadores** do município, e que em outra ocasião apresentariam o mesmo. Foi
37 informado que o projeto inclui medidas compensatórias aos impactos sobre a flora e
38 fauna e à atividade pesqueira, através da execução de vários projetos definidos no
39 estudo. O representante da empresa **Queiroz Galvão** comunicou que o grupo está
40 aberto aos esclarecimentos e que a idéia do terminal portuário é anterior ao ano de
41 2010, e que no mês de abril de 2012 começaram os estudos de planejamento e
42 diagnósticos. Explicou que o grupo tem realizado reuniões com as comunidades
43 próximas ao local do empreendimento para identificar as contrapartidas apontadas
44 por estes, e que o projeto pretende atender da melhor forma possível as questões
45 sócio-ambientais, com responsabilidade e adequação. Solicitando a palavra, o
46 **conselheiro Rodrigo Lemes Martins, representante do NUPEM/UFRJ**, declarou
47 que a instituição foi surpreendida com o modo de condução deste processo, pois a
48 decisão pelo empreendimento seria uma contradição ao discurso que o prefeito **Dr.**
49 **Aluízio** firmou, quando sabatinado em sua campanha eleitoral, no NUPEM. Informou
50 que o NUPEM soube do projeto durante uma reunião no início de dezembro, e que
51 nessa ocasião foi questionado o fato das reuniões não terem sido comunicadas ao
52 COMMADS. Considerou “temerário” realizar a audiência pública no dia 15 de
53 janeiro de 2014, por ser uma época imprópria para a participação da sociedade, e
54 avaliou ser insuficiente o prazo para a análise do EIA/RIMA. Demonstrou estranheza
55 pela participação de funcionários do **INEA**, órgão licenciador, no EIA/RIMA, e pelo
56 **IBAMA** não estar licenciando o empreendimento na área marinha. Solicitando a
57 palavra, a **Sr^a. Bernadete Vasconcellos, do Instituto Visão Sócio-ambiental**,
58 expressou sua discordância com a modelo do empreendimento, pois o atual prefeito,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 18 de dezembro de 2013

59 **Dr. Aluizio**, no início de seu governo assinou a carta de compromisso com o modelo
60 de Cidades Sustentáveis, o que torna antagônica a decisão em prol do porto, alegando
61 que se construído dentro do perímetro urbano provocará inúmeros impactos negativos
62 ao município, além de ser Área de Preservação Permanente/APP. Leu o manifesto
63 redigido pelo professor **Aristides Soffiati/UFF**, assinado por 24 representações
64 (**anexo 2**), onde estão arrazoados fatores relativos à geologia do solo marinho e
65 territorial, e correntes marinhas da região, citando-os como evidências estruturais
66 impeditivas ao empreendimento, e notificando que estão previstos mais quatro portos
67 para serem construídos no norte-fluminense, o que provocará um efeito sinérgico
68 negativo no âmbito regional para todos de ampla dimensão. Na sequência, o
69 **jornalista Martinho Santafé, da Revista Visão Sócio-ambiental** teceu uma análise
70 conjuntural do cenário econômico, social e urbanístico do município, e apresentou
71 diversas justificativas para caracterizar a insustentabilidade do projeto Tepor (anexo
72 3). Afirmou que o “município encontra-se saturado de problemas” e que deve ser
73 considerada a sua capacidade de resiliência. Questionou sobre a viabilidade e revisão
74 dos planos de contingenciamento aos possíveis acidentes; sobre a disparidade
75 financeira do investimento e seu conseqüente passivo econômico, que recairá para os
76 cofres públicos, devido ao acúmulo de demandas sociais e urbanísticas que o projeto
77 acarretará. Voltando à palavra, **Rodrigo Martins** explicou que na área visada pelo
78 empreendimento existe uma população de Toninhas (mamíferos marinhos, cetáceos)
79 que está na lista das espécies com altíssimo risco de extinção, em grau idêntico ao
80 urso Panda, e que devido a este fato existe um processo no **IBAMA** para a ampliação
81 da área marinha do **PARNA Jurubatiba** para proteger a espécie. A participante
82 **Carolina Benassuly, da ONG Instituto Andorinhas**, esclareceu que solicitou aos
83 empreendedores apresentar o projeto ao COMMADS pois a instituição tem sede na
84 área do Barreto, onde se constata muitos problemas, como violência e precariedade
85 de equipamentos urbanos. Advertiu que, sendo membro do Conselho Consultivo do
86 PARNA Jurubatiba está preocupada com a celeridade deste processo. Alertou que a
87 grande maioria das contrapartidas do projeto Tepor serão destinadas para o poder



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Ordinária do dia 18 de dezembro de 2013

88 público executar com recursos dos contribuintes, e recomendou agendar uma reunião
89 com o prefeito para esclarecimentos. A plenária deliberou encaminhar uma
90 solicitação de adiamento da audiência pública, que foi escrita naquele ato e assinada
91 pelos conselheiros presentes (**anexo 3**). O **presidente, Sr. Guilherme Sardenberg**
92 **Barreto, secretário municipal de ambiente**, assumiu a condução da reunião e fez a
93 exposição sobre a visão do governo sobre o empreendimento, justificando a
94 necessidade de investir na logística portuária, e que os impactos negativos deverão
95 ser compensados e todos os equipamentos de controle ser instalados para mitigação
96 dos processos potencialmente poluidores. Explicou que a empresa está fazendo o seu
97 papel como proponente e que ao poder público caberá destinar estes recursos para
98 benefício da população. Alertou sobre a preocupação do governo com relação ao alto
99 custo despendido com a folha de pagamento, de funcionários e contratos, da
100 prefeitura. Finalizando, ponderou que se houver porto, haverá perdas, e será
101 necessário equacionar este passivo, avaliando e priorizando o que é mais importante
102 para a saúde e o bem-estar da população. O **conselheiro, Dr. Júlio César Marques**
103 **de Carvalho, representante da PROGEM**, advertiu sobre a necessidade de
104 licitação para a doação de área pública, e sobre a questão do licenciamento em área
105 marinha ser de alçada do IBAMA, e devido à insegurança apontada nestas questões
106 recomendou protocolar documento no **Ministério Público Federal/MPF**, no
107 **IBAMA** e na **Secretaria do Patrimônio da União/SPU**, para solicitar
108 esclarecimentos sobre estes procedimentos, e prontificou-se em elaborar o
109 documento. Esclarecendo sobre a questão do licenciamento na área marinha ser feito
110 pelo **INEA**, o representante da Masterplan informou que isto está sendo possível
111 devido a um convênio entre o **IBAMA** e **INEA**. Encerrado o assunto, a plenária
112 aprovou o agendamento de nova data para a empresa apresentar **EIA/RIMA**, definida
113 para o dia 13 de janeiro de 2014. Sem mais assuntos, o presidente finalizou a reunião
114 às 17h20m, e eu, **Ingrid Santos Stigger, secretária executiva**, redigi e dou fé a
115 presente ata, assinando-a junto aos demais conselheiros participantes. XXXXXXXXX